

O texto cultural *Minhocão*: semiose e política¹

Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa

Doutora; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Santo Amaro, BA, Brasil
regianemo@uol.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é pontuar a semiose característica do Elevado Costa e Silva, mais conhecido como *Minhocão*, localizado na cidade de São Paulo. Para tal, ele será explorado na sua condição de texto cultural, em conformidade com os postulados propostos pelos semioticistas da Escola de Tártu-Moscou. Segundo nossa hipótese central, a correlação entre diferentes temporalidades naquele espaço, caracterizadas pelo processo gradual e pela explosão, o torna um texto cultural semioticamente heterogêneo, no qual se observa a ação de duas forças contrárias, cujo caráter tensivo e antitético explicita o viés político dos distintos usos feitos da via. Por conseguinte, ampliam-se os sentidos que o Elevado é capaz de produzir na cultura.

Palavras-chave

Cidade. Explosão. Processo gradual. Política. Polícia.

1 Introdução

Muito já se falou sobre os transtornos causados na cidade de São Paulo pelo Elevado Costa e Silva, mais conhecido como *Minhocão*, uma via de 3,4 km de extensão sobreposta à Avenida São João, planejada com o objetivo de ampliar a capacidade viária e desafogar o tráfego automotivo entre as regiões leste e oeste da cidade. Inúmeros foram os danos sociais, ambientais e econômicos causados na região central em decorrência da construção da via, cujo planejamento foi amparado por uma retórica futurista, relativa à possibilidade de erigir uma cidade suspensa sobre o solo, voltada à melhoria do trânsito de veículos

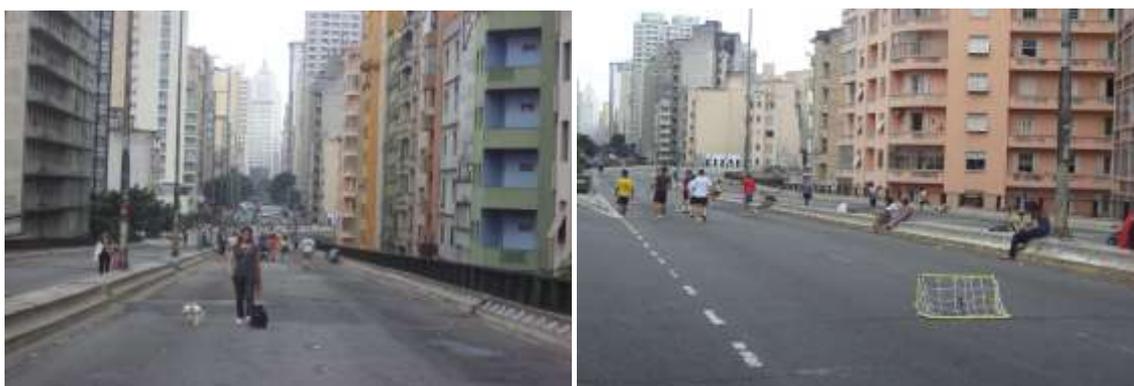
¹ A primeira versão deste trabalho foi apresentada no GT Semiótica da Comunicação, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

particulares em detrimento da ampliação e diversificação das redes de transporte coletivo, do bem-estar dos moradores do entorno e do combate à poluição.

Porém, há alguns anos, sem qualquer planejamento prévio, o Elevado foi empregado com uma finalidade absolutamente diversa daquela para a qual foi edificado. Nos horários em que é fechado para o tráfego de automóveis, ou seja, de segunda a sábado das 21h 30 min às 6h 30min, além de domingos e feriados durante todo o dia, o *Minhocão* transforma-se numa grande área de lazer. Se, durante os dias de semana, ele é tomado principalmente por esportistas que o aproveitam para correr e andar de bicicleta, aos domingos e feriados é dada ao Elevado a função de parque horizontal, onde famílias inteiras e grupos de jovens desfrutam do espaço das formas mais variadas: andar de skate, jogar futebol, passear com cachorros, organizar festas, dentre muitas outras atividades comumente realizadas em áreas públicas de lazer.

Nota-se, assim, a coexistência de duas utilizações absolutamente diferentes, em que a um uso programado se contrapõe outro, completamente inesperado e um tanto insólito, sobretudo se considerarmos a visualidade característica do local: uma via de concreto rodeada por edifícios marcados pela degeneração, que em nada se assemelha à visualidade campestre e aberta comumente associada a grandes parques e praças ao ar livre.

Figuras 1 e 2- Uso recreativo do Elevado



Fonte: Dados da pesquisa

Foi essa discriminação, fruto de um processo de observação atenta, que nos levou a apreender a correlação de duas espacialidades marcadas por temporalidades muito distintas. A primeira, relacionada ao programa urbano, caracteriza-se essencialmente pela regularidade, ao passo que a segunda tende a ser mais irregular e fluida e, de certo modo,

mais *espontânea*. Ao mesmo tempo, essa segunda temporalidade não se sobrepõe à primeira, de modo que uma e outra subsistem sincronicamente naquele espaço.

Longe de construir uma explicação capaz de explicar o porquê desse uso imprevisível, interessa-nos, neste artigo, pontuar a semiótica característica do Elevado. Para isso, o *Minhocão* será explorado na sua condição de texto cultural, tal como ele foi definido pelos semióticos da Escola de Tártu-Moscou, que teve em Iúri Lótman um dos seus principais representantes. Todo texto se define pela dupla codificação, fruto das relações tradutórias estabelecidas entre, no mínimo, dois sistemas modelizantes. É essa diversidade compositiva que o torna semioticamente heterogêneo.

Por sua vez, não há como pensar o funcionamento do texto na cultura fora da semiosfera, entendida como o espaço de relações continuamente edificado e redefinido pelos intercâmbios e tensionamentos estabelecidos entre diferentes códigos, linguagens e textos. Em consequência dessa heterogeneidade compositiva, um dos traços centrais da semiosfera reporta-se à irregularidade, visto que cada linguagem ou arranjo sótico possui uma temporalidade própria, tal como Lótman (1996, p. 31, tradução nossa) exemplifica ao referir-se às línguas naturais, que se desenvolvem “muito mais lentamente” quando comparadas às estruturas ideológico-mentais, que tendem a caracterizar-se por um processo de transformação mais acelerado.

No âmbito deste trabalho, a semiosfera também é entendida pelo seu viés epistemológico, já que, por meio dela, se pode depreender uma determinada possibilidade de construção do conhecimento acerca do devir da cultura, que toma por objeto os diferentes sistemas de linguagem que a constituem. Segundo tal perspectiva, com base na materialidade de um texto cultural, seria possível discriminar o espaço de relações que ele articula por meio dos intercâmbios e tensionamentos edificados entre distintos sistemas e códigos e, com isso, inferir os sentidos passíveis de serem suscitados por tais vínculos.

Para isso, torna-se imprescindível o reconhecimento da fronteira semiótica que, como Lótman (1996, p. 26, tradução nossa) indica, exerce uma importante “posição funcional” na semiosfera, pois permite discriminar tanto as relações tradutórias entre diferentes sistemas e a resignificação de cada um deles quanto a individualidade semiótica de cada um. Trata-se de entender aquilo que aproxima e o que o separa um sistema do outro, afinal, sem alteridade não há intercâmbio e tensionamento. É justamente a ambivalência característica da fronteira que explicita por que, do ângulo de visão da

semiosfera, um fenômeno nunca é estudado de um viés dicotômico e excludente, mas, sim, pelas relações dialógicas que ele estabelece com outro, afinal,

A dinâmica cultural não pode ser apresentada nem como um processo imanente isolado, nem em qualidade de esfera passivamente sujeita a influências externas. Ambas tendências se encontram em uma tensão recíproca, da qual não poderão ser abstraídas sem a alteração de sua essência. (LÓTMAN, 1999, p. 181, tradução nossa).²

É importante ressaltar que, a despeito do traço semiótico que caracteriza o objeto epistemológico *cultura* quando olhado pela semiosfera, tal abordagem não exclui o intercâmbio com outras linhas de análise. Como Lótmán (1999, p. 152, tradução nossa) afirma, o “[...] problema semiótico não pode ser artificialmente separado de outras linguagens socioculturais [...]”, sob pena de se desconsiderar a complexidade que pode vir a especificar um determinado fenômeno cultural, como seus aspectos sociais, políticos, fisiológicos, naturais, dentre muitos outros.

Retomando a questão relativa ao *Minhocão*, importa-nos, assim, indicar sua heterogeneidade compositiva com base nos vínculos edificados entre diferentes sistemas culturais sem deixar de levar em conta, contudo, que outros caracteres, relacionados a distintas linguagens socioculturais, podem ser apreendidos com fundamento na análise sógnica. Neste artigo, abordaremos um em especial: o político. Segundo nossa hipótese central, a correlação entre diferentes espacialidades e temporalidades no Elevado o torna um texto cultural semioticamente heterogêneo, no qual se observa a ação de duas forças contrárias cujo caráter tensivo e antitético explicita a nuance política dos distintos usos feitos da via. Entendemos que não atentar para esse aspecto no âmbito da análise do *Minhocão* seria, como Lótmán esclarece, promover uma separação artificial entre processos diretamente imbrincados, ou seja, o sógnico e o político, uma vez que, pela nossa hipótese, o primeiro permite distinguir o funcionamento do segundo.

Para proceder tal discussão, além da Semiótica da Cultura, iremos nos apoiar na correlação estabelecida por Jaques Rancière (1996a, p. 44) entre política e dissenso, tendo em vista que, para o autor, a política não é um *a priori*, ou seja, “[...] nenhuma coisa é em si política pelo único fato de exercerem-se relações de poder.”, já que somente pelo tensionamento entre ações opostas, porém complementares, a política efetivamente irrompe e faz-se presente na cultura. Na situação em estudo, uma das formas de apreender

² “La dinámica cultural no puede ser presentada ni como un aislado proceso inmanente, ni en calidad de esfera pasivamente sujeta a influencias externas. Ambas tendencias se encuentran en una tensión recíproca, de la cual no podrán ser abstraídas sin la alteración de su misma esencia.” (LÓTMAN, 1999, p. 181).

essa ação decorre justamente do devir dos textos da cultura, pelo qual o espaço semiótico de relações, bem como o fazer político são, de fato, edificados. São esses aspectos que buscaremos explorar na análise do Elevado.

2 O texto *Minhocão* entre o processo gradual e a explosão

Uma das formas que nos permite apreender o funcionamento do Elevado como um texto cultural decorre da discriminação das temporalidades que subsistem sincronicamente naquele espaço. Para Lótman (1999), pela correlação entre diferentes dinâmicas é possível delinear dois tipos fundamentais de processos que, apesar de distintos, são recíprocos e complementares, uma vez que fazem parte de um mesmo mecanismo. São eles: o desenvolvimento gradual e a explosão.

O processo gradual diz respeito à temporalidade que caracteriza o devir de todo sistema cultural ou, como Lótman (1999, p. 19, tradução nossa) explica, reporta-se a um “movimento contínuo” que permite delinear um determinado nível de previsibilidade no vir a ser de um sistema e na ação que ele exerce na cultura. Isso não significa que tais temporalidades permaneçam inalteradas no curso da cultura, pois o intercâmbio com outras esferas pode vir a ocasionar alterações na regularidade do movimento de um sistema, o qual, para que possa reelaborar sua nova temporalidade, requer uma complexa reordenação interna desse mecanismo inteiro. Pode-se dizer que o movimento gradual pressupõe um processo de estabilização absolutamente necessário após o intercâmbio tradutório viabilizado pela fronteira, por meio do qual há a reconfiguração dos vínculos internos de um sistema, o que permite que ele se mantenha como um todo ordenado. Trata-se, assim, de uma espécie de autoconsciência, pela qual uma ordenação sistêmica se transforma sem perder sua individualidade semiótica.

Por outro lado, a explosão define-se por um momento de plena imprevisibilidade no devir dos sistemas, ocasionada pela irrupção de uma nova forma expressiva. Como Lótman (1999) afirma, a explosão caracteriza-se essencialmente pela casualidade, em que uma nova ordenação textual irrompe sem que haja uma causa específica que a justifique. A explosão resulta do tensionamento com outras esferas, pois, conforme apontamos, nenhum sistema ou texto cultural subsiste fora do espaço semiótico.

No caso da explosão, a especificidade do processo tradutório decorre do fato de que ele se materializa justamente entre esferas que, a princípio, se mostram completamente

dísparos entre si, isto é, onde a tradução se revela quase que impossível. Trata-se, como Lótmán (1999, p. 17, tradução nossa) define, da “tradução do intraduzível”, dada a inexistência de um parâmetro prévio que permita estabelecer ou prever o processo tradutório entre dois sistemas. Com isso, ocorre a emergência de um texto completamente inusual, cuja ordenação compositiva é fruto de um processo de *aparente* intraduzibilidade.

Em consequência, a explosão gera um significativo aumento de informatividade na totalidade do sistema, em virtude da ampliação da complexidade entre os vínculos de seus códigos constitutivos, que são completamente redefinidos, ou pela incorporação de novos códigos. Passado o momento explosivo, um sistema insere-se novamente no processo gradual, porém, se instaura “[...] uma nova fase de desenvolvimento gradual que surge sobre aquela.”, de maneira que um sistema nunca volta a ser o que era, mas, tal como afirmamos, adquire uma nova temporalidade (LÓTMAN, 1999, p. 24, tradução nossa).

Nota-se, assim, que a explosão e o movimento gradual exercem diferentes funções no devir dos sistemas: o primeiro é responsável pelo novo, ao passo que o segundo assegura a continuidade. Apesar dessas diferenças, eles são absolutamente complementários, visto que um é condição para a existência do outro, afinal, não há como reconhecer o novo fora de uma regularidade que permita discriminar as distinções entre ambos, da mesma forma que o novo garante a contínua resignificação de um sistema e da própria cultura.

Por sua vez, tal complementaridade não significa que a explosão e o movimento gradual impliquem, necessariamente, processos sucessivos, ainda que isso seja possível. Quanto a esse fato, é importante ressaltar dois aspectos. Em primeiro lugar, a irregularidade característica da semiosfera permite apreender na sincronicidade da cultura a coexistência de sistemas caracterizados por diferentes temporalidades, de modo que a explosão numa determinada esfera pode vir a tensionar o desenvolvimento gradual de outra, acarretando alterações no seu movimento, mediante o processo tradutório. Em segundo, como Lótmán (1999) afirma, uma mesma esfera da cultura pode apresentar a coexistência simultânea de processos explosivos e processos graduais. Trata-se do reconhecimento de um enorme paradoxo no movimento de um sistema, tendo-se em vista a presença de processos absolutamente contrários que podem vir a caracterizar a complexidade compositiva e a heterogeneidade semiótica de determinados textos culturais.

São justamente essas duas forças de ação contrárias que, segundo nossa conjectura, assinalam o funcionamento semiótico do Elevado. Tais forças indicam igualmente a coexistência de dois sistemas distintos, que subsistem em constante tensionamento: o

urbano e a cidade. Em conformidade com Ferrara (2000) e Santos (1994), com o surgimento da cidade industrial, o urbano passou a reportar-se ao espaço racionalmente programado pelo urbanismo, em razão da necessidade de organizar os espaços do viver advinda do adensamento populacional ocorrido nos grandes centros industriais, ao passo que a cidade diz respeito à concretude dos usos feitos do espaço, dos quais decorre seu contínuo vir a ser. Em outras palavras: "O urbano é frequentemente o abstrato, o geral e o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade." (SANTOS, 1994, p. 69).

Ao se sobrepor à Avenida São João e implantar-se coercitivamente diante das janelas dos moradores dali e sobre o espaço da rua e do encontro face a face, com o propósito único de servir de via de passagem para os automóveis, o *Minhocão* inscreve-se como um texto muito característico do sistema urbano. Com isso, instaura-se uma funcionalidade específica para uma determinada espacialidade, no caso, a região central da cidade, que passa a ser considerada um mero local de passagem, deixando-se de lado por completo outras formas de vida e de aproveitamento daquela localidade.

Apesar de definir o texto cultural pela dupla codificação, Lóttman (1996) também reconhece a existência de arranjos sígnicos constituídos por um código único, cuja função é transmitir um significado unívoco. É justamente o que acontece com o texto *Minhocão* arquitetado pelo programa urbano, cuja imposição se assemelha ao desenvolvimento gradual exercido pela técnica que, como Lóttman (1999, p. 32, tradução nossa) indica, "[...] é previsível em suas características gerais [...]", ainda mais se considerarmos que toda técnica pressupõe um conjunto de regras que visam normatizar um fazer ou um uso.

É a premência dessa regularidade e de sua ação coercitiva, em contraposição à transformação do Elevado numa espacialidade de lazer, que indica a presença do traço explosivo. Rompe-se com a regularidade prevista por um uso programado em proveito de formas de utilização completamente avessas àquela para a qual a via foi construída. Com isso, compõe-se um texto com base em outro, em que o primeiro, edificado pelo urbano, passa a fazer parte do segundo, resultante das relações que constroem e redefinem continuamente a cidade.

Como os equipamentos e as espacialidades edificados pelo espaço urbano aparecem coercitivamente e "de repente como um fenômeno exterior aos indivíduos a que diz respeito", como uma prótese que se sobrepõe ao espaço, logo, impõe-se às pessoas um código específico, bem como um modo específico de fruição (CHOAY, 1998, p. 04).

Portanto, a discriminação da fronteira semiótica entre o texto inscrito pelo urbano e o que emerge da cidade é de fundamental importância para o reconhecimento da heterogeneidade semiótica do texto cultural *Minhocão* quando visto pela diversidade de usos que o qualificam e que, por consequência, expandem os sentidos que ele é capaz de suscitar.

Em virtude da semiose originada pela explosão, abrem-se diferentes possibilidades de utilização do Elevado, gerando-se tantas outras que, inclusive, não se restringem unicamente aos usos comumente feitos de espaços públicos de lazer. Não se pode esquecer de que essas espacialidades também são programadas pelo urbano e possuem suas próprias regras, que igualmente visam normatizar seus usos. Assim, pode-se aventar que o entreter-se, no âmbito do Elevado, passa a ser a própria subversão que se contrapõe à regularidade imposta pelo programa urbano, relativa tanto à funcionalidade primeira do Elevado quanto àquela prevista por áreas designadas para o lazer, o que amplia ainda mais os efeitos do momento explosivo.

Esse outro modo de entreter-se, a nosso ver, retoma uma característica central do nomadismo, tal como ele foi definido por Deleuze e Guattari. Para os autores, os “verdadeiros nômades” não se definem pelo deslocamento físico, mas, sim, pelo “modo de espacialização, a maneira de estar no espaço, de ser no espaço”, uma vez que, para eles, o espaço não se limita às espacialidades fisicamente construídas ou por normas que estabelecem usos predefinidos. Trata-se de um nomadismo edificado por meio de movimentos perceptocognitivos, em virtude da capacidade de criar associações inusitadas entre diferentes fenômenos e espacialidades, que não se limitam às relações de causalidade ou por normas preestabelecidas. Como consequência, entende-se que as espacialidades podem ser continuamente refeitas, independentemente da existência de grandes deslocamentos, mediante uma representação do espaço edificada cognitivamente que reconstrói cotidianamente a cidade, e que possibilita “[...] ser um nômade das cidades [...] são nômades por manterem um espaço liso que se recusam a abandonar.” (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 202).

Desse prisma, a explosão relativa ao Elevado parece tornar patente o nomadismo contemporâneo presente em boa parte das grandes metrópoles e megalópoles, que se mostra cada vez mais premente à medida que os textos culturais inscritos pelo urbano buscam instituir novas formas de regularidades ou ratificar aquelas já existentes. Ao mesmo tempo, esse movimento parece indicar que, ao contrário do urbano, cuja existência não pode

prescindir de uma superfície construída, dotada de uma visualidade específica, a cidade constrói-se por meio de vínculos que envolvem intercâmbios e tensionamentos que geram espaços informacionais que não se confundem com as espacialidades geograficamente delimitadas.

É justamente por meio desses espaços, os quais irrompem de processos tradutórios absolutamente imprevisíveis, que se torna possível discriminar uma ação política da cultura que, igualmente, se contrapõe a formas de regularidade e controle. É o que discutiremos a seguir.

3 A polícia urbana e a política da urbe

Para Jacques Rancière, a esfera de ação da política somente pode ser delimitada em contraposição a outra: a polícia. Diferentemente do que afirma o discurso corrente, a política não se faz presente ou define-se apenas pela existência de relações de poder, visto que nada em si é político por natureza, “[...] mas qualquer coisa pode vir a sê-lo se der ocasião ao encontro de duas lógicas [...]”, ou seja, caso se estabeleça o tensionamento entre esferas caracterizadas por forças de ação absolutamente antagônicas (RANCIÈRE, 1996a, p. 45).

Contrária à política está a polícia, entendida pela totalidade de normas e processos que objetivam normatizar a vida em comunidade, de forma que se estabeleçam, previamente, quais as funções a serem desempenhadas por cada indivíduo. Para o autor, a noção comumente relacionada à polícia se reporta apenas a uma das instâncias mais visíveis de um aparato muito mais amplo que visa normatizar a disposição dos “corpos em comunidade” (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

Longe de se circunscrever apenas à esfera do antropo, não se pode perder de vista que tais instâncias de controle também adquirem uma dimensão sógnica na cultura, materializadas por textos culturais cuja função, conforme indicamos, é transmitir um significado único. Dentre elas, o espaço exerce um papel central, pois, como Rancière indica, a predefinição de ocupações e funções a serem desempenhadas não se dissocia das formas de organização das espacialidades da cultura por meio das quais o comando se faz presente e atuante:

Nem por isso o que chamo polícia é simplesmente um conjunto de formas de gestão e comando. É, mais fundamentalmente, o recorte do mundo sensível que define, no mais das vezes implicitamente, as formas do espaço em que o comando se exerce. É a ordem do visível e do dizível que determina a distribuição das partes e dos papéis a determinar

primeiramente a visibilidade mesma das “capacidades” e das “incapacidades” associadas a tal lugar ou tal função. (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

Como Lótman (1996) indica, o espaço constitui uma segunda linguagem modelizante primária,³ visto que o desempenho das atividades pelo homem se encontra diretamente relacionado à construção de formas de classificação e divisão do espaço por meio das quais ocorre a tradução dos diferentes vínculos que estruturam a vida, a começar pela própria política.

No âmbito da polícia, nota-se que o espaço intervém com o objetivo de delinear ou tornar visível o local onde determinados corpos devem estar e a maneira pela qual devem comportar-se, algo que, com o tempo, é incorporado e reproduzido pelos próprios corpos. Quer dizer, como a polícia age por meio de uma regra que intenciona disciplinar o modo de aparecer dos corpos mediante a determinação das “propriedades dos espaços” que predefinem certos usos, então, pode-se aventar que, na sua função de polícia, o programa urbano ao qual o *Minhocão* está vinculado constitui uma forma de organizar o espaço do viver nas grandes metrópoles e megalópoles e, com isso, exercer a função de controle com o pretexto de oferecer melhores condições de existência. No que concerne especificamente ao Elevado, nota-se que, ao estabelecer na região central da cidade uma funcionalidade instrumental que ignora, quase que por completo, os usos já presentes, se busca delegar à vida ali existente uma total invisibilidade (RANCIÈRE, 1996b, p. 42).

Por outro lado, a política surge em contraposição ao espaço da polícia, na tentativa de criar algum tipo de perturbação da ordem visível instituída, pretendendo questioná-la e, com isso, sobrelevar o direito à igualdade, ou seja, de que aqueles predestinados pela polícia a desempenharem determinados papéis tenham igual possibilidade de decisão. É por isso que, para Rancière, a política apenas se manifesta mediante o dissenso, materializado por algum tipo de irrupção gerada na esfera do sensível, ocasionando, assim, uma “Modificação singular do que é visível, dizível, contável.” (RANCIÈRE, 1996b, p. 372).

Tal divisão do sensível, originada por processos completamente heterogêneos e antagônicos, mas que mantêm entre si uma estreita correlação, não se pauta pela dicotomia ou pela exclusão entre um e outro, ao contrário, é pela fronteira entre eles que se torna

³ Para Lótman, a língua é o sistema modelizante primário. A separação entre primário e secundário não significa que um sistema decorre do outro. Nesse caso, entende-se que, para exercer seu papel, “a cultura deve ter dentro de si um ‘dispositivo de padronização’ estrutural. Essa função é desempenhada exatamente pela linguagem natural” (LÓTMAN, 2000, p. 171, tradução nossa).

possível discriminar a política e a polícia. É o que Rancière dá a entender ao afirmar: “Vamos entender aqui divisão no duplo sentido da palavra: comunidade e separação. É a relação de ambas que define uma divisão do sensível,” (RANCIÈRE, 1996a, p. 39). Pela afirmação do autor, observa-se que o fazer político envolve o reconhecimento da impossibilidade de submissão a uma norma única e majoritária, o que, impreterivelmente, leva à irrupção de uma multiplicidade de modalidades de ação. É justamente por meio desse litígio que se torna possível a edificação daquilo que é comum. Pode-se dizer que o comum nasce justamente de uma divisão. O autor completa:

É o que eu chamo de dissenso: não um conflito de pontos de vista nem mesmo um conflito pelo reconhecimento, mas um conflito sobre a constituição mesma do mundo comum, sobre o que nele se vê e se ouve, sobre os títulos dos que nele falam para ser ouvidos e sobre a visibilidade dos objetos que nele são designados. (RANCIÈRE, 1996a, p. 374).

A irrupção desses diferentes mundos ocorre pelo tensionamento entre a esfera da polícia, que intenta instituir aquilo que deve ser entendido e vivido como comum e a política, que se opõe à ideia coletividade e às espacialidades instituídas pela primeira.

O uso recreativo do Elevado, aqui elucidado por meio do processo explosivo que, por sua vez, se contrapõe à regularidade instituída pelo programa urbano e pela polícia, indica uma ruptura na esfera da visualidade do *Minhocão*, na qual o dissenso, ou seja, a coexistência de mundos absolutamente antagônicos, se mostra com toda a sua força. Com isso, há o confronto a uma ordem estabelecida mediante outras maneiras de deslocamento dos corpos e irrupção de novas espacialidades, de modo que se torne visível aquilo que, antes, estava predestinado a ser invisível. Com isso, não apenas o texto cultural *Minhocão* vem a ser semioticamente heterogêneo, como se ampliam os sentidos que ele é capaz de suscitar na cultura.

O dissenso entre esses dois mundos, no qual se nota o tensionamento e a fronteira entre o processo gradual e o explosivo, bem como entre a polícia e a política, parece apontar que a cidade, ao contrapor-se ao espaço racionalmente planejado pelo urbano, prescinde de formas materialmente construídas e planejadas de visualidade. Conforme mencionamos, as espacialidades pelas quais a cidade ganha materialidade na cultura possuem uma caracterização eminentemente informacional, mediante determinados usos que ocasionam a redefinição daqueles já existentes, que geram uma informação nova, relacionada àquilo que a polícia teve a intenção de esconder. De tal perspectiva, falar do funcionamento da

cidade na cultura implica necessariamente falar de processos que se opõem à regularidade do urbano e, por consequência, de ação política.

Como Lótman esclarece, apesar do processo gradual e da explosão serem complementares, cada um tende a considerar seu oposto muito especificamente. Em especial, do ponto de vista da explosão, “[...] a posição oposta se apresenta como a encarnação de todo um conjunto de qualidades negativas [...]”, afinal, a regularidade distintiva do movimento gradual dos sistemas, que cristaliza hábitos e produz regras de ação é absolutamente contrária à explosão, que introduz o elemento do acaso no devir dos sistemas, redefinindo-os por completo (LÓTMAN, 1999, p. 21, tradução nossa).

O uso recreativo do *Minhocão* parece justamente tornar patente o caráter danoso do hábito perceptivo imposto coercitivamente pela polícia, ao explicitar a vida que deixou de ser vivida em decorrência da construção da via, que se sobrepôs justamente à dimensão pública e política da rua. Toda aquisição de um hábito estabelece um determinado modo de agir, tanto em relação a circunstâncias futuras facilmente previsíveis quanto em situações que aparentemente não são prováveis. (PEIRCE, 1975). Ao criar hábitos ou regras de ação, o urbano e a polícia tornam-se um importante instrumento de biopoder, uma vez que agem diretamente na dimensão perceptocognitiva humana, ou seja, operam exatamente sobre os corpos, cujos hábitos, uma vez naturalizados, são continuamente reproduzidos.

Esse é, a nosso ver, apenas um dos muitos sentidos passíveis de serem suscitados pela heterogeneidade semiótica do texto cultural *Minhocão*. Porém, parece-nos haver outro mais significativo. Para contextualizá-lo, será preciso ampliar, um pouco mais, a discussão sobre a amplitude dos tensionamentos passíveis de serem articulados entre a polícia e a política.

Quanto a isso, o sociólogo Maurizio Lazzarato (2006, p. 212) nos oferece uma importante contribuição. O autor afirma que a política vai muito além da mobilização imediata em virtude de um interesse momentâneo ou contra um inimigo comum, pois envolve essencialmente aquilo que ele define como uma “[...] política do acontecimento, a uma política do devir, a uma política concebida como experimentação [...]”. Para desenvolver seu ponto de vista, o autor apoia-se na “arquitetônica do mundo” formulada pelo teórico da linguagem Mikhail Bakhtin para indicar que a relação acontecimental eu/outro não se limita a ser um encontro entre indivíduos, ou entre um sujeito e um objeto, visto que é sempre a colisão entre distintos *mundos possíveis*. Por sua vez, esses *mundos* apenas irrompem como possibilidades de devires por meio dos tensionamentos operacionalizados entre eles.

Por meio dessa relação acontecimental, há a “desestruturação” daquilo que se mostra intolerável para uma época, mediante a interrupção de processos já sedimentados e a introdução de descontinuidades que elucidam novas possibilidades de vida, organização e ação. Por isso, para Lazzarato (2006, p. 211), a política consiste em “[...] pôr à prova, em fazer experimentação.”, em criar questionamentos e enunciar novos problemas que tensionam esferas já cristalizadas da cultura.

Ao falarmos da política, evidentemente nos reportamos a novas “formas de mundo” que irrompem da relação acontecimental edificada pelo embate entre esferas de ação absolutamente contrárias que, no caso do Elevado, ganha materialidade por meio de um processo explosivo do qual decorre a reescritura do texto cultural *Minhocão*, ampliando-se a diversidade de códigos que o inscrevem e dilatando-se os sentidos que ele é capaz de produzir na cultura, que, inclusive, abarcam o intolerável que ele desestrutura. Mas, no caso em questão, qual seria esse intolerável?

No que concerne a essa questão, Felix Guattari oferece-nos uma pista importante. Segundo o autor, um dos traços marcantes das cidades contemporâneas diz respeito ao modo pelo qual se busca engendrar e gerir a vida sob todos os seus aspectos, que constitui um importante instrumento do biopoder. Longe de ser uma marca isolada, tal caracterização pode ser entendida como um índice de um processo muito mais amplo, relativo aos objetivos ligados ao processo produtivo e aos meios utilizados para alcançá-lo e, por consequência, aos danos originados na biosfera.

Por isso, para Guattari (2006, p. 170), faz-se urgente retomar aquilo que ele define como “nomadismo existencial”, que não implica um deslocamento físico, mas, antes, tal como comentamos anteriormente, perceptocognitivo, visto que se trata de uma cognição que parece não mais se ajustar à fixidez das espacialidades da cultura, promovendo assim a sua contínua redefinição, de forma que se gerem desterritorializações nas mais distintas esferas da vida, tais como a técnica, a ciência, o urbano, a estética dentre muitas outras e, com isso, se criem territorializações edificadas pela ação essencialmente política.

Parece-nos que o processo explosivo do Elevado oferece um forte indicativo de uma nova *mentalidade urbana* que começa a irromper e a tornar patente a falência ou o intolerável de um modelo de organização policial que visa gerir, de forma coercitiva, o comportamento dos corpos. Trata-se, como Guattari (2006, p. 173) afirma, de uma nova “consciência ecológica” voltada não apenas ao debate que diz respeito às questões ligadas ao meio ambiente, mas também às relações que se estabelecem nas esferas social, cognitiva,

política e sígnica. Apreender esses processos exige, por sua vez, o olhar atento para a complexidade dos tensionamentos que irrompem na esfera da urbe, os quais, conforme apontamos, são tanto sígnicos como políticos.

4 Considerações finais

Ao abordar as duas principais dinâmicas que atuam de forma sincrônica no Elevado, ou seja, o processo gradual e o explosivo, bem como a correlação entre cada uma delas com a polícia e a política, buscamos pontuar em que medida o funcionamento do espaço semiótico nos permite apreender modalidades de atuação da política na cultura. Afinal, toda ação marcada, seja pela polícia, seja pela política, necessariamente adquire uma materialidade sígnica.

Ao emergir de um processo de intraduzibilidade entre esferas de ação absolutamente distintas e incompatíveis, pode-se conjecturar que toda explosão implica, igualmente, uma ação política da cultura. Isso não quer dizer que todo processo marcado pela regularidade envolve uma ação de polícia no sentido apontado por Rancière, porém, os desenvolvimentos graduais pressupõem esferas mais constantes da cultura que, de alguma maneira, resultam em regular formas de pensamento e ação. Ao vir à tona, o texto explosivo tende a tensionar tais estabilidades, acarretando a irrupção de novos devires e perspectivas de mundos possíveis. É esse aspecto que explicita seu caráter essencialmente político. Pode-se aventar que a perspectiva epistemológica de estudo da cultura vinculada à semiosfera também abrange o estudo acerca da ação política dos signos, pelas quais é possível discriminar o processo de transformação dos sistemas, que tendem a se tornar cada vez mais heterogêneos e, por consequência, a incitar a produção de sentidos não previsíveis.

Por fim, no que diz respeito ao texto cultural *Minhocão*, talvez ele indique, muito prementemente, o processo de desterritorialização da cidade contemporânea, tal como aponta Guattari (2006). Isso ocorre porque a cidade que esse texto constrói não se restringe à visualidade edificada por uma espacialidade planejada, mas envolve uma espacialidade informacional construída por uma ação política que não se fixa ou não pertence a um local específico, uma vez que pode irromper em vários outros. Discriminar a rede que se forma entre esses devires talvez seja o grande desafio que se coloca para apreender o que, de fato, implica pensar a urbe na atualidade.

Referências

- CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O liso e o estriado. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Edições 34, 2012. v.2.
- FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Os significados urbanos**. São Paulo: Edusp, 2000.
- GUATTARI, Félix. Restauração da cidade subjetiva. In: GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Edições. 34, 2006.
- LAZZARATO, Maurizio. **As revoluções do capitalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LÓTMAN, Iúri M. **Cultura y explosión: lo previsible y lo imprevisible en los procesos de cambio social**. Barcelona: Gedisa, 1999.
- LÓTMAN, Iúri M. **La semiosfera I: semiótica de la cultura y del texto**. Madrid: Ediciones Cátedra, 1996.
- LÓTMAN, Iúri M. **La semiosfera III: semiótica de las artes y de la cultura**. Madrid: Ediciones Cátedra, 2000.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento: política e filosofia**. São Paulo: Edições 34, 1996a.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.
- PEIRCE, Charles Sanders. **Semiótica e Filosofia**. São Paulo: Cultrix, 1975.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

The cultural text *Minhocão*: semiosis and politics

Abstract

The aim of this paper is to point the semiosis of *Elevado Costa e Silva*, better known as *Minhocão*, located in São Paulo city. To this end, it will be explored its condition as a cultural text, in accordance with the principles proposed by the semioticians of the Tártu-Moscow school. According to our central hypothesis, the correlation between different temporalities in the space, characterized by the gradual process and its explosion, makes it a cultural text semiotically heterogeneous, which observes the action of two opposing forces, whose tensive and antithetical

character explains the political bias of the different uses made of this high-line. Therefore, the senses that the *Elevado* is capable of producing culture are expanded.

Keywords

City. Explosion. Gradual process. Politics. Police.

Recebido em 13/10/2016

Aceito em 17/10/2016

Copyright (c) 2016 Regiane Miranda de Oliveira Nakagawa. Creative Commons License. Este trabalho está licenciado sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International License. Os Direitos Autorais dos artigos publicados neste periódico pertencem aos autores, e os direitos da primeira publicação são garantidos à revista. Por serem publicados em uma revista de acesso livre, os artigos são de uso gratuito, com atribuições próprias, em atividades educacionais e não-comerciais.

